

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO PILAR

Pollyana Calado de Freitas*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir propostas de preservação do patrimônio arqueológico evidenciado no Bairro do Recife, na comunidade do Pilar, durante escavações realizadas pela Fundação Seridó e a UFPE, como parte do projeto de Revitalização do Bairro do Recife da Prefeitura do Recife. Entre os vestígios estão: cerâmicas, grés, vidros, metais, louças e uma coleção de esqueletos humanos. Diante da riqueza do material arqueológico é possível identificar diferentes momentos de ocupação do local, a qual vai desde o século XVI ao XX. Sendo muito expressivo o material vestigial do Período Holandês 1630-1654, o qual será destacado na presente comunicação. A área está geograficamente localizada na Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural - ZEPH, ou seja, se configura como a área de grande potencial histórico do Recife. A população que atualmente reside no espaço é formada por um grupo social de menor poder aquisitivo, o qual conseqüentemente sofre um processo de exclusão dos espaços culturais e educativos, o que torna a discussão patrimonial pertinente e urgente, como forma de apropriação e inclusão sociocultural. De toda forma, a importância desse patrimônio não se restringe apenas a um grupo, trata-se da construção histórica do Recife durante o auge da Capitania de Pernambuco.

Palavras-chave: Patrimônio Arqueológico; Brasil Holandês; Capitânia de Pernambuco

Introdução

A cidade do Recife atualmente se configura como uma metrópole nacional, o que faz dela um pólo de influência para todo o território brasileiro. Contudo, essa não é uma característica recente, desde seu nascimento como cidade portuária no século XVI, o Recife fez da Capitania de Pernambuco peça fundamental para o desenvolvimento da América Portuguesa. Assim, através dos seus rios, pontes e manguezais o Recife se transformou em um patrimônio do brasileiro.

*Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, Recife/PE. pollycaladohistoria@hotmail.com. Graduada em História pela UFRPE, mestranda em Arqueologia pela UFPE.

Caracterização da Área de Estudo

A área de estudo está inserida no sítio urbano¹ da cidade do Recife. Denominada como Bairro do Recife, corresponde à ilha que abriga o Marco Zero do Estado de Pernambuco, sendo popularmente mais conhecida como Recife Antigo. Geograficamente, a ilha é cercada pela foz dos rios Capibaribe e Beberibe a oeste, a leste pelo Oceano Atlântico. Sua conexão com o continente acontece por meio de suas históricas pontes: 12 de Setembro (conhecida como a antiga Ponte Giratória), Maurício de Nassau, Buarque de Macedo e Limoeiro.



1



2

Imagem 1 - Mapa do Brasil com destaque em rosa para o Recife. Fonte:

<<http://www.niccolomaffeo.es/brasil/mapas/recife.htm>>. Acesso em: 19 set. 2016.

Imagem 2 - Vista aérea da Ilha do Recife. Fonte: <<http://link.estadao.com.br/noticias/geral,cena-de-startups-do-recife-passa-por-renovacao.10000029607>>. Acesso em: 19 set. 2016.

Todo o espaço que constitui a ilha é protegido por legislação municipal de preservação, Lei nº 16.290 de 1997. Em âmbito nacional foi aprovado no ano de 1998 o Decreto de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Bairro do Recife faz parte da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPH)-09, definida pela prefeitura do município em: “Parágrafo Único. A ZEPH 09

¹ Sítio Urbano é o local onde a cidade foi desenvolvida. O sítio urbano do Recife caracteriza-se por uma planície flúvio-marinha, constituída pelos sedimentos oriundos do Oceano Atlântico e dos Rios Capibaribe e Beberibe.

integra o zoneamento da Cidade do Recife, aprovado pela Lei nº 16.176, de 09 de abril de 1996 - Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS” (PCR, 1996). A referida Lei na Seção I definiu três pólos de interesse, dos quais interessa ao presente artigo o II, este corresponde ao Setor de Renovação: O Pólo Pilar. Ainda de acordo com a Lei nº 16.176, o Art. 2º define as diretrizes a serem seguidas diante de mudanças urbanísticas ou instalação de usos e atividades, complementando com o:

§ 2º As ações destinadas à revitalização do Bairro do Recife serão sempre norteadas pelo princípio de valorização da identidade arquitetônica, histórica, cultural e paisagística da cidade, condicionando-se seu licenciamento às condições estabelecidas nesta Lei.



Imagem 3 - Em vermelho Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – ZEPH 09; em amarelo Setor de Renovação Urbana; em rosa Área de Intervenção Arqueológica. Fonte: (SERIDÓ, 2012, p.6)

O Pólo Pilar está localizado ao norte da Ilha do Recife e equivale à área de habitação da Comunidade do Pilar, antiga Favela do Rato². Esta é única comunidade residente na ilha, outros pontos de moradia existentes são voltados para o comércio e turismo,

² Existem dois argumentos para essa designação. Um justifica-se pela alta concentração de ratos. Outro faz referência à situação socioeconômica das pessoas que ali vivem, uma vez que não existe qualidade de vida restando muitas vezes a disputa com os ratos por alimentos. Todavia, foram os próprios moradores da comunidade que solicitaram a alteração do nome, assim através do Decreto 18.570/2000 a Favela do Rato passou a ser a Comunidade do Pilar, em referência à Igreja do Pilar.

basicamente. O projeto de revitalização visa à demolição das residências e a construção de apartamentos para a população local. Este processo encontra-se em andamento.



Imagem 4 - Perspectiva do projeto de requalificação da Comunidade do Pilar. Fonte: (NERY, 2012)

Com base na legislação em vigor quando do início do projeto, ou seja, na Portaria 230 de 2002 tornou-se obrigatório o estudo preventivo da arqueologia para a obtenção de licença ambiental, através de procedimentos técnicos. Somada ao princípio de valorização da identidade arquitetônica, histórica, cultural e paisagística da cidade previsto pela prefeitura, a implantação da obra recebeu intervenções arqueológicas.

Toda a área deste perímetro urbano, é tombada como Patrimônio Nacional pelo IPHAN e como toda localidade ou sítio assim qualificado, requer, em caso de intervenções urbanas ou arquitetônicas, o acompanhamento arqueológico e o salvamento de todos os seus bens, seja qual for sua condição, desde estruturas erigidas ou achados arqueológico (RAMOS, 2013, p.1).

Desta forma, entre os anos de 2010 e 2014, a Fundação Seridó em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), realizou as etapas de monitoramento e pesquisa arqueológica. O projeto de revitalização até o presente não foi concluído, sendo assim a área ainda receberá outras intervenções arqueológicas. Os vestígios evidenciados durante as escavações arqueológicas serão os protagonistas desta história.



Imagem 5 - Área total do empreendimento que receberá pesquisas arqueológicas. Fonte: (SERIDÓ, 2012, p.11)

Antecedentes

O nome de batismo - Recife - carrega consigo a marca geográfica que mais chamou atenção dos portugueses quando aportaram, os arrecifes de arenito. De formação natural, a partir do recuo do oceano, as duas faixas de arrecifes são quaternárias e diante de sua articulação em forma de barreira se apresentaram como um porto. Por conseguinte, chamou-se Arrecife dos Navios, Porto dos Arrecifes, Ribeira Marinha dos Arrecifes e por fim Recife.

Como cidade histórica o Recife dispõe de importantes elementos que contribuem para a construção da memória e identidade do seu povo. Suas transformações sofridas desde o início de sua ocupação são contadas através de edificações e manifestações culturais,

assim como também através de um rico patrimônio arqueológico presente em seu subsolo.

Todavia, o local que será estudado, correspondente a atual Comunidade do Pilar, apresenta vestígios de ocupação mais recente quando comparada ao sul do istmo. Esse acontecimento registrado pelas fontes históricas, assim como pelos historiadores se deve às circunstâncias a que este espaço foi submetido, visto que se encontrava no “Fora de Portas³”.

Breve Evolução Histórica da Área

O quebra-cabeça montado com os fragmentos arqueológicos ajuda na interpretação de um determinado tempo histórico. Através dos achados é possível compreender as modificações que o Recife passou em suas diferentes ocupações. A atual Ilha do Recife não se configurava como ilha, mas como um istmo, chamado de Istmo de Olinda, e sua modificação geográfica está atrelada às transformações urbanas que a área sofreu. Até se transformar em ilha, o istmo foi amplamente alterado e ressignificado.

Quando da chegada dos portugueses a planície flúvio-marinha não atendia suas necessidades. Adaptados à geografia colinosa, foi na região de Olinda que se estabeleceram, tornando-a o centro político e administrativo da capitania.

Duarte Coelho, em 1537, decide encontrar o local ideal para a construção da sede da Capitania. E localiza, cerca de 30km ao Sul de onde primeiramente havia se fixado, uma área com uma privilegiada posição geográfica facilitadora da defesa contra invasores, uma colina que lhe permitiria vigiar toda a região dos deltas dos rios Capibaribe e Beberibe (VASCONCELOS; SÁ, 2011, p.3).

Inicialmente, o Recife correspondia apenas ao istmo, visto que era onde se localizava o Porto de Pernambuco. Mesmo com a instalação do porto e ocupação de pescadores e outras pessoas que a ele estavam relacionadas, o espaço não foi alterado significativamente. Até a década 1630, os portugueses haviam realizados algumas construções, “como os Fortes de São Jorge e do Bom Jesus, a cadeia, armazéns, docas e a ermida do Corpo Santo, além de palhoças” (1978, apud MELO, 2003, p. 59).

³ O termo será discutido ao longo do artigo.

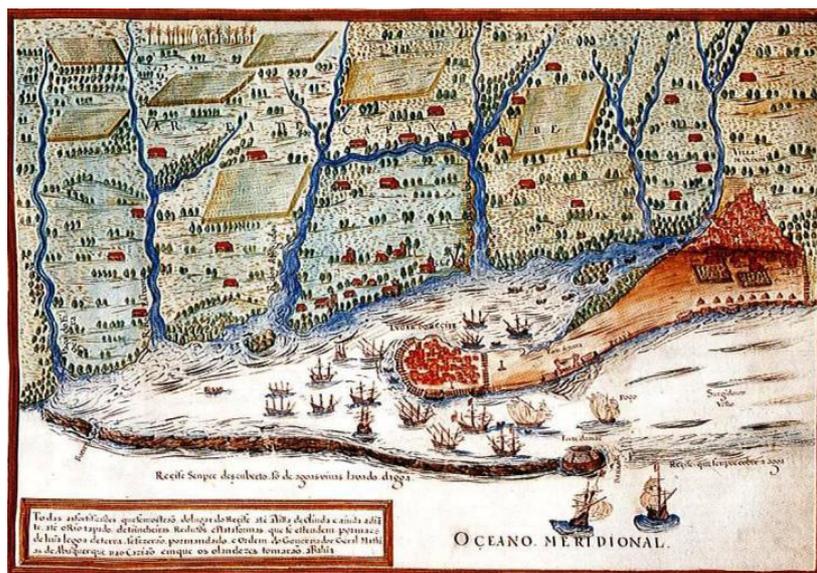


Imagem 6 - Nota-se no extremo sul do istmo a ocupação, no fora de portas a ausência de casas. Presença dos fortes e da rede de drenagem. “Original manuscrito de João Teixeira Albarnaz I do “Livro que da Razão...”. IHGB, Rio de Janeiro, *circa* 1626, pág. 327. Fonte: extraído de (ALMEIDA; CORRÊA, 2012, p.119).

De acordo com a iconografia, o Forte de São Jorge foi construído dentro do perímetro que irá receber escavações arqueológicas do projeto de Requalificação Urbana, mais especificamente no local onde hoje se encontra a Igreja Nossa Senhora do Pilar. Durante as escavações apenas parte da sua suposta área sofreu intervenções e as estruturas evidenciadas ainda não apresentam pistas do forte. Devido às contínuas construções e desconstruções, a área escavada não apresenta estratigrafia arqueológica suficiente para inferir cronologia dos vestígios encontrados.

Malgrado vinte e quatro anos presentes no Brasil, os holandeses construíram uma história sólida. Foi o período da colônia de grande produção documental. Em contraponto, devido às práticas políticas não existem exemplares de sua arquitetura no tempo presente.

A 15 de Fevereiro de 1630, as primeiras tropas holandesas desembarcaram na província de Pernambuco e se apoderaram de sua capital Olinda; nesta época o Recife era apenas um povoado, com armazéns e algumas casas de moradia, situado na extremidade da lingua de terra chamada istmo de Olinda, a uma legua proximamente ao sul da capital (BÉRINGER, 1904, p. 39).

Diferente dos portugueses, os holandeses não encontraram condições de fortificar Olinda e transformá-la na capital do Império Holandês. Desta forma, foi na planície flúvio-marinha que os batavos se estabeleceram. Durante a chamada Guerra de Resistência

(1630-35), onde os holandeses enfrentaram a resistência portuguesa, a maior batalha foi sobreviver às condições de vida impostas.

O escorbuto afetou gravemente a tropa holandesa. Cortavam-se à navalha as gengivas inchadas dos doentes (MOREAU, 1651). Mas não só o escorbuto: também a disenteria sanguínea ou câmaras de sangue (*roode loop*) e outras enfermidades (MELLO, 2001, p. 47).

Ainda segundo o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, praticamente toda a documentação produzida nos primeiros anos da ocupação, os holandeses se queixavam sobre a situação alimentar e pedia providências da Pátria. Entre a documentação, Mello destacou o “Parecer” de Johannes van Walbeeck sobre a situação da conquista, de 27 de novembro de 1631.

Vivemos em uma ponta de terra, sem liberdade de nos dirigir para o interior, pois a falta de refrescos e de madeira, tanto para construção, como para a cozinha, é suficiente para nos manter aqui sem possibilidade de realizar ulteriores ataques; sem refrescos, a tropa não se sustentando senão com alimentos vindos da Pátria, é vítima do escorbuto, como se verifica diariamente e não se obtendo nem verdura nem água fresca, necessariamente definha até a morte, sem que neste areal possa ser empregado qualquer expediente, tal qual como se estivéssemos em um deserto (MELLO, 2001, p. 45).

O período em que Maurício de Nassau esteve no poder (1637 – 1644), o Recife foi reestruturado. “A intervenção holandesa veio a ser a primeira grande transformação urbanística e cultural ocorrida nessa região, principalmente no futuro Bairro do Recife, desde os primeiros registros que datam de 1537” (2002, apud MELO, 2003, p.60).

De acordo com as pesquisas arqueológicas realizadas pela UFPE durante o projeto de Revitalização do Bairro do Recife (Pólo Alfândega /Madre de Deus) no perímetro do Quarteirão Holandês, foi possível evidenciar a técnica construtiva utilizada pelos holandeses para a construção de casas, caracterizadas como “de assentamento de tijolos, unidos com argamassa de caulim, sobrepostos em rocha de arenito, que estavam depositadas diretamente no solo natural” (MENELAU, 2008, p.194). Ainda de acordo com Menelau, os artefatos encontrados nas escavações, como tijolos vindos da Holanda, cachimbo e azulejo, foram utilizados para a contextualização histórica, assim como também para datar o sítio.

Os holandeses chamaram o Forte de São Jorge de Land Castel (Castelo da Terra). Em seu “Breve Discurso” de 1638, o conde Maurício de Nassau consentiu a instalação de um hospital no Forte de São Jorge:

Fora do Recife encontra-se primeiro o velho castelo denominado São Jorge. Achando-se este castelo muito arruinado, os administradores do hospital pediram-no para servir de enfermaria, com promessa de repararem-no interiormente e conservarem-no à sua custa, utilizando-se dele até que seja necessário ao serviço militar e à defesa do Recife, o que resolvemos conceder-lhe para poupar despesas à Companhia, e porque este castelo é atualmente inútil, e sê-lo-á talvez também para o futuro. Contudo ficaram aí todas as peças. (Maurício de Nassau no seu "Breve Discurso" de 14 de janeiro de 1638) (MELLO, 2004, p.119-120).

Para além do sistema de paliçadas para proteção do centro urbano, os holandeses constroem as portas do Recife, para se ter acesso ao "Povo"⁴ era preciso ultrapassar as três portas, que são elas: a Lantpoort (Porta de Terra), a Pontpoort (Porta da Balsa), e a Waterpoort (Porta da Água ou Porta do Mar). Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, as portas (da Terra, da Balsa e do Mar), se situavam:

A primeira ficava na extremidade norte da estacada, no caminho de Olinda, no local onde depois foi construído o arco do Bom Jesus; a segunda, no local de acesso à balsa que ligava o Recife a Maurícia, nas proximidades da cabeceira da ponte construída por Nassau e, finalmente, a terceira porta, a Waterpoort, estava situada no desembarcadouro e por ela tinham entrada no recinto fortificado do Recife os que desembarcavam dos navios no porto: o desembarcadouro estava situado aproximadamente na atual praça Alfredo Lisboa (MELLO, 2001, p.115).



Imagem 7 - 1 - paliçada contornando o primeiro agrupamento do Recife. 2 – Porta do Mar. 3- Começo do lugar Fora de Portas. 4 – possível localização da Porta da Terra. 5 – capela. 6 – Local aproximado da posterior Porta da Balsa. Fonte: GIUSTINA, 2010, p.100

A Porta da Terra era o divisor entre o núcleo urbano e a área não ocupada (atual Comunidade do Pilar). “Ao término da colonização holandesa, em 1654, o Recife conta com cerca de 8.000 habitantes, distribuídos em 290 sobrados, assentados sobre uma superfície 24,7 hectares” (REYNALDO, ALVES, 2013, p.3).

⁴ Como era referenciado o povoado.

Após a retirada holandesa e a retomada portuguesa ocorrem transformações sucessivas, inclusive no âmbito estrutural, pois os portugueses destruíram grande parte das construções que os holandeses realizaram, arruinando o plano urbanístico realizado. Na reconstrução de Recife, Portugal apostou no urbanismo com estilo arquitetônico barroco. “No Recife, a construção do espaço barroco deu-se segundo um urbanismo relativamente regulado, que utilizou vários experimentos da cidade barroca européia” (ZANCHETI, 2000, p.9). Entre as destruições estão as portas do Recife, porém nos mesmos locais reconstruíram “outras em alvenaria, nos estilos barroco e neoclássico, passando a ter também funções religiosas” (GIUSTINA, 2010, p.100).

A Igreja de Nossa Senhora do Pilar⁵ foi construída em 1680, de acordo com Lêda Giustina, após três décadas de portas fechadas, foi restaurada entre abril de 2009 e janeiro de 2013.

O início das obras de restauro em abril de 2009, a situação dessa igreja era de completo abandono: fechada, sem uso, praticamente em ruínas, cercada de lixo e barracos, sem portas, nem janelas nem telhado, com as paredes esburacadas e as sepulturas violadas (GIUSTINA, 2010, p.69).

A igreja Nossa Senhora do Pilar representa um marco histórico no povoamento do local. Antes da sua construção o local era praticamente desocupado, utilizado basicamente como caminho entre Olinda e Recife.

De acordo com as evidências arqueológicas e historiográficas, os restos das edificações mais antigas, indicam possíveis processos de urbanização ainda no final do século XVII e sinais de ocupação continuada desde a primeira metade do século XVIII (PESSIS, 2013, p.12).

No passado existia uma ligação direta entre a Rua do Bom Jesus, passando pelo Arsenal da Marinha, pela Rua de São Jorge até chegar à Igreja do Pilar. A Rua de São Jorge existe desde o século XVI. Atualmente algumas construções e os barracos da comunidade provocam um desvio.

O século XIX registrou um crescimento na cidade, por influência direta da chegada da Família Real e a abertura dos portos às Nações Amigas. Conseqüentemente, produtos de diversos países entram pelo porto, o que é verificado arqueologicamente.

⁵ Monumento tombado pelo IPHAN em 25/08/1985. Protegido em âmbito municipal por fazer parte da ZEPH 09 pela Lei 16.990/97.

A segunda metade do século XIX é marcada por uma atmosfera de transformação no Brasil, principalmente as cidades históricas. A princípio era um movimento de modernização, limpeza, mas foi, sobretudo, um movimento de transformação social. Neste contexto a área do Pilar foi bastante alterada. Na realidade todo o istmo passou por um processo de ampliação territorial através de aterros, transformando consideravelmente sua geografia e, principalmente a dos rios Capibaribe e Beberibe. “Sobre o beberibe: Proximo à sua embocadura o seu leito tinha uma largura muito maior do que hoje: o istmo alargou-se consideravelmente à sua custa” (BÉRINGER, 1904, p.59).

As escavações até o momento se concentraram em duas das seis quadras, 40 e 55. “A parte da quadra 40 foi ocupada após o aterro no XIX, residências e equipamentos relacionados ao porto, como os silos. Abaixo dos silos estruturas de residências e um sistema de escoamento de água do Capibaribe” (RAMOS, 2010, p.215). Após expandirem o solo, houve a preocupação de estruturar a cidade para melhorar o sistema urbano, principalmente no tocante à ligação entre pontes, abastecimento de água, transporte e abertura de ruas.

De acordo com Giustina, a arquitetura característica das novas ruas do Fora de Portas apresentou sobrados de uso misto (residencial e comercial), assim como galpões de armazém de porte médio e pequeno. Em todo o resto do espaço, a arquitetura aplicada também foi simples, os edifícios eram baixos e compridos. O Arco do Bom Jesus, que foi construído no local da Porta da Terra, foi derrubado no ano de 1850.

O século XX inicia como o século das transformações, da chegada da modernidade no Recife. Além das reformas urbanísticas das duas primeiras décadas, houve a reforma no Porto. Delas resultou um novo bairro, pois a demolição de prédios e residências descaracterizou o centro histórico, ficando conhecida como a reforma do “bota a baixo”.

Entre as destruições esteve o Arco da Conceição, derrubado em 1913, e o de Santo Antônio, em 1917. O Bairro do Recife passou por uma grande limpeza étnica, “entre 3.000 e 5.000 pessoas foram desalojadas do Bairro, entre 1910 e 1911” (MENEZES, 2015, p.4).

Outra grande modificação se deu com a transformação do istmo, o qual rompeu e passou a ser uma ilha. “Com a chegada da metade do século XX, ocorre a ruptura definitiva do Istmo com a reforma da Base Naval da Marinha, que o separou do Recife” (CABRAL; PONTUAL, 2011, p.12).

É importante destacar que mesmo com a queda do Arco do Bom Jesus (o último vestígio da Porta que segregava o povo do Fora de Portas), a divisão permaneceu no cotidiano da população por muitos anos, como é possível perceber na fala de Rabello: “(...) minha família veio, nos começos de 1908, morar no Recife; não propriamente na cidade, mas, como diziam os moradores, em Fora de Portas” (GIUSTINA, 2010, p.109).

Dentro do projeto de reforma do Porto, iniciado com as demolições, seguido do não desenvolvimento das instalações dos equipamentos do porto no local que iniciou a ocupação nas calçadas que veio a dar origem à “Favela do Rato”, atual comunidade do Pilar que apresenta uma estimativa de mil habitantes.

O histórico dessa comunidade começa na década de 70 com as desapropriações e demolições de seis quadras compreendidas entre o Moinho Recife, Fábrica Pilar, Ruas de São Jorge e do Brum, para ampliação do porto. A população da área foi desalojada e se iniciou um processo de deterioração física e funcional. Um muro de dois metros de altura foi erguido. Entre os anos de 1975 e 1987 a ocupação informal tomou conta das calçadas (MELO, 2003, p. 100).

Segundo Lêda Giustina, com o objetivo de impedir o retorno da população com novas ocupações foram retiradas as coberta das edificações para que o tempo destruísse todas.

Essa ação acelerou o processo de deterioração física e funcional provocando o arruinamento da área, que também atingiu a Igreja do Pilar. As construções foram saqueadas, janelas e portas arrancadas, tijolos e outros materiais retirados. As edificações mais resistentes transformaram-se em ruínas, algumas ainda mantendo o andar térreo (GIUSTINA, 2010, p.141).

Atualmente é possível encontrar vestígios dessas construções que forçadamente arruinaram e que foram ressignificados pela comunidade atual.

Patrimônio Arqueológico

O interesse do mundo pós-moderno⁶ pelo patrimônio não tem um conceito padronizado pelos estudiosos, especula-se a efemeridade da vida moderna e conseqüentemente as mudanças sociais, tendo assim uma multiplicidade de conceitos pautada em um campo

⁶ A pós-modernidade é a modernidade que atinge a maioria, a modernidade olhando-se a distância e não de dentro, fazendo um inventário completo de ganhos e perdas, psicanalizando-se, descobrindo as intenções que jamais explicitara, descobrindo que elas são mutuamente incongruentes e se cancelam. A pós-modernidade é a modernidade chegando a um acordo com a sua própria impossibilidade, uma modernidade que se automonitora, que conscientemente descarta o que outrora fazia inconscientemente (BAUMAN, 1999, p.288).

interdisciplinar do conhecimento. Suas fronteiras ultrapassam o campo jurídico. Para Poulot, “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais” (1997, apud FERREIRA, 2006, p. 79).

O surgimento da palavra patrimônio recua no tempo. De origem latina o termo *patrimonium* sofreu alterações ao longo da história. Inicialmente o termo esteve estritamente relacionado aos bens privados herdados da família e passado por gerações. “O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana. Não havia o conceito de patrimônio público”. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.11). Após passar por influências e transformações ao longo do tempo, sua ampliação definitiva para o público, assim como a sua monumentalidade se deu com a Revolução Francesa no século XVIII, baseado em discursos nacionalistas de tutela e proteção dos bens da nação.

Contudo, seu cerne perpassa o tempo e ainda hoje representa herança, sendo esta social. Daí por diante foram criadas, devido às necessidades de diferentes sociedades, diferentes noções de patrimônio. Todas elas estão envolvidas no que se chama de Patrimônio Cultural⁷. O termo carrega um peso simbólico, o qual deve ser descarregado em forma de mediador social durante a relação com a sociedade.

Inicialmente no Brasil a preocupação com o patrimônio esteve atrelada ao patrimônio edificado, ação esta pautada na construção das idéias preservacionistas por parte de profissionais, principalmente arquitetos. Ao ampliar a noção de patrimônio, devido à necessidade de reconhecer as manifestações sociais que constroem a história e a materialidade do povo brasileiro, foi possível olhar o patrimônio através de uma lente mais cultural. O patrimônio cultural, portanto, engloba vários campos como: material, imaterial, natural, arqueológico, entre outros.

No Brasil existem aparatos legais responsáveis pela preservação e manutenção do patrimônio. A Constituição Brasileira de 1988, na Seção II DA CULTURA, através do artigo 216 define o que constitui o patrimônio cultural brasileiro:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas

⁷ O patrimônio cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, os desenhos urbanísticos e outros bens físicos; a experiência de vida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos. (CANCLINI, 1994. 99)

de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO, 1988, p.124).

Todavia, este não é um ofício apenas do setor público. Sendo assim, é defendida a parceria entre a esfera pública e a sociedade para promoção e proteção do patrimônio cultural – “§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (CONSTITUIÇÃO, 1988).

O patrimônio arqueológico não é diferente; por dispor de um grande legado em forma de herança cultural, também está inserido no âmbito do patrimônio cultural. Seu estudo tem grande relevância para a sociedade, uma vez que através dos vestígios arqueológicos é possível compreender parte da história dos povos remanescentes. Sua proteção é prevista por lei, a 3.924 de 1961.

Art 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nêles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acôrdo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

Internacionalmente a proteção do Patrimônio Arqueológico foi abordada em diferentes cartas patrimoniais de vários países. A mais utilizada, geralmente, é a Carta de Lausanne de 1990, elaborada na Assembléia Geral de Lausanne, na Suíça.

Art. 1º O "patrimônio arqueológico" compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

Vestígios Arqueológicos do Pilar

Concluído o período das escavações realizadas pela Fundação Seridó e pela UFPE, foi possível inventariar um expressivo número de material arqueológico de grande valor histórico para o Recife. Entre os vestígios estavam principalmente: cerâmicas, grés, vidros, metais, louças, estruturas em alvenaria, ruínas e remanescentes ósseos

humanos. A grande diversidade de material arqueológico vem sendo pesquisada por alunos da UFPE em nível de graduação, mestrado e doutorado, o que contribui para o entendimento da dinâmica do registro arqueológico do Pilar.

É importante reforçar que a conclusão dessa etapa não se configura como a finalização das escavações arqueológicas, como foi dito anteriormente, o projeto ainda não foi concluído e essa equipe realizou apenas o trabalho em duas quadras. Atualmente outra equipe vem desenvolvendo trabalhos na área.

Devido à expressiva variedade e quantidade de material arqueológico, as análises ainda não foram finalizadas. Contudo, já é possível afirmar a impossibilidade de localizar cronologicamente os artefatos através da estratigrafia pois, como foi visto na evolução histórica o local passou por grandes transformações através de aterros, alterando significativamente o solo e conseqüentemente o registro arqueológico.

Cerâmica: o material cerâmico evidenciado durante as escavações apresentou maior variedade em relação à função, com artefatos relacionados ao uso doméstico. Porém, também foram encontrados peças de cachimbo, como forninho e piteiras, feitos de cerâmica.



Imagem 9 - Fragmentos de bojo, borda e base de vasilhas de cerâmica. Observa-se marcas de queima nas peças. Fonte: Fundação Seridó, IX Relatório Técnico, 2012.



Imagem 10 - Fragmentos de forninhos cerâmicos com diferentes formatos e decorações. Fonte: Fundação Seridó, IX Relatório Técnico, 2012.

Louça: dentro da categoria de louça foram evidenciadas: faiança, porcelana e faiança fina. Entre os diversos tipos de materiais, a maior quantidade de fragmentos foi de louça. Apresentou também uma enorme riqueza de diversidade entre cores, decorações, marcas de fabricação, função e morfologia.



Imagem 11 - Variedade de decoração. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011



Imagem 12 - Shell edges, provavelmente o tipo mais comum no sítio. Fonte: Fundação Seridó, VII Relatório Técnico, 2012

Grés: a quantidade de fragmentos de grés encontrada nas escavações foi também expressiva, desde gargalos a bases, foram encontradas variedades de coloração. Garrafas inteiras também fazem parte do acervo. O grés devido seu caráter impermeabilizante foi muito utilizado para o transporte e armazenamento de bebidas. Tanto escolha da cor, como da morfologia, tem relação direta com o produto a ser armazenado. No Brasil a garrafa depois de esvaziada era reutilizada.



Imagem 13 - Diferentes gargalos de garrafa de grés. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011



Imagem 14 - Garrafa inteira de grés. Inscrição "MONTEIRO". Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011

Vidros: Os fragmentos e garrafas de vidro encontradas apresentam grande variedade de decoração, morfologia, coloração e utilidade. Sua cronologia é principalmente do século XIX para o XX.



Imagem 15 - Garrafas pequenas inteiras de diferentes morfologias e coloração. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011



Imagem 16 - Garrafas grandes inteiras de diferentes morfologias e coloração. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011

Metais: o material metálico encontrado apresentou diferentes funções, como: tapas, ferraduras, espadas, correntes, entre outros.



Imagem 17 - Fragmento de espada. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011



Imagem 18 - Boneca de metal. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011

Os fragmentos de utensílios de uso cotidiano estão evidenciando, o uso que se fazia do espaço urbano, o modo como as pessoas viviam, e o seu nível social; os restos alimentares falam sobre os hábitos e recursos dessas comunidades (PESSIS, 2013, p.3).

Estruturas em alvenaria: As estruturas evidenciadas nas escavações são em sua maioria compostas por tijolo cerâmico maciço e argamassa de barro e cal. Em menor número foram encontradas estruturas de alvenaria de pedra e alvenaria mista (tijolo cerâmico maciço e pedra). Foi encontrado também cimento Portland em algumas estruturas. A cronologia das estruturas não pode ser realizada a partir da estratigrafia devido à intensa perturbação do solo. Ainda dentro do conjunto de estruturas foram evidenciados três poços artesanais, os quais apresentam alvenaria de tijolo cerâmico maciço e na argamassa barro e cal, e estão relacionados a um sistema de escoamento de água ligado

ao rio Capibaribe. “Durante a escavação do poço foram identificados vestígios de louça, ferro, cerâmica, grés e vidro, com predominância de fragmentos de louça” (RAMOS, 2013, p.30).



Imagem 19 - Estruturas de alvenaria evidenciadas. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011



Imagem 20 - Poço evidenciado durante as escavações. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011

“Essas estruturas estão revelando a maneira de construir das comunidades, seus conhecimentos técnicos e a disponibilidade de material construtivo ao longo da ocupação” (PESSIS, 2013, p.3).

Ruínas: existe um complexo de ruínas espalhado por toda a área correspondente ao Pilar. Este é composto principalmente por sobrados residenciais do século XIX. Muitas das ruínas foram incorporadas ao cotidiano da população local. Através de intervenções paliativas moradores dão um novo uso as construções.



Imagem 21 - Ruína de Sobrado. Fonte: Fundação Seridó, Relatórios Técnicos, v. I, 2012.



Imagem 22 - Nota-se o mesmo sobrado antes do processo de arruinação. Fonte: Giustina, 2010.



Imagem 23 - Ruína localizada na Rua do Brum. Nota-se a utilização da ruína como base para a construção de lojas comerciais. Fundação Seridó, Relatórios Técnicos, volume I, 2012.



Imagem 24 - A mesma ruína da Rua do Brum, antes do processo de arruinamento. Fonte: Giustina, 2010.

Remanescentes ósseos humanos: Durante as escavações da quadra 55 foram evidenciados remanescentes de ossos humanos, que ao todo completam uma coleção de sessenta e cinco esqueletos. As pesquisas em andamento discutem a possibilidade de a área se configurar ou não como um cemitério. Até o presente não existe nenhuma documentação histórica que mencione a existência de um cemitério naquela localidade. A hipótese mais aceita para o origem dos esqueletos é de que seriam soldados da Companhia das Índias Ocidentais⁸. Para localizar temporalmente esses esqueletos os arqueólogos utilizaram como base as estruturas de alvenaria encontradas acima dos ossos. Todas as estruturas encontradas estão voltadas para a Rua São Jorge. Sabe-se que ao todo o espaço teve “130 casas edificadas de 1680 até 1740” (PESSIS, 2103, p.18). As estruturas são contemporâneas da construção da igreja.

Verticalmente, os sepultamentos foram encontrados abaixo do nível das edificações, literalmente no leito arenoso do istmo. Indicando serem anteriores às construções. Alguns esqueletos estão imediatamente abaixo das fundações, sendo inclusive danificados por elas; outros estão a até 25 centímetros abaixo das estruturas de fundação (PESSIS, 2013, p. 15).

As análises realizadas até o momento com vinte e oito esqueletos indicam ascendência européia e sexo masculino. É importante destacar, de acordo com SILVA (2015), que não foram identificadas em nenhum esqueleto analisado marcas de traumas responsáveis pelas mortes, contudo as análises ainda estão em andamento. Dos vinte e oito

⁸ Ver dissertação de Ilana Elisa Chaves Silva, intitulada: Arqueologia da doença no cemitério histórico do Pilar-PE, defendida em 2015 no programa de Pós Graduação de Arqueologia da UFPE.

sepultamentos analisados, em dezenove é possível identificar marcas de escorbuto (retração alveolar na maxila, abscesso e perda de dentição). E ainda foi constatado entre alguns esqueletos indícios de doenças infecciosas como sífilis venérea, boubá e varíola. Dentro da hipótese de serem soldados da WIC existe também a possibilidade de estes estarem relacionados ao hospital militar que funcionou no antigo Forte de São Jorge durante a ocupação holandesa.

Os sepultamentos encontram-se no istmo original, não estão, portanto nas áreas que foram aterradas e que se configuram como a maior parte de terra da região. Desta forma, nesta região a estratigrafia arqueológica é mais homogênea, apesar de que a própria prática do enterramento não deixa de ser uma técnica que revolve o solo, podendo o que está localizado abaixo do esqueleto ser contemporâneo a ele e não necessariamente mais antigo.

Foram coletados fragmentos de material arqueológico desde a primeira camada estratigráfica até a camada do istmo. [...] tais como fragmentos de vidro, cerâmica, louça, metal e grés, e ainda amostras de materiais construtivos como tijolo, reboco, azulejo, madeira, pedra, sedimento e argamassa (PESSIS, 2013, p.12).

A distância entre o espaço funerário⁹ e a igreja do Pilar (tomada como referência por causa do Forte de São Jorge) é de 150 metros. Ao sul, a distância entre o espaço funerário e a Porta da Terra é de 450 metros.



Imagem 25 - Processo de escaneamento 3D dos esqueletos. Fonte: Fundação Seridó, XII Relatório Técnico, 2013.



Imagem 26 - Identificação do crânio durante as escavações. Fonte: Fundação Seridó, XII Relatório Técnico, 2013.

⁹ Entende-se por espaço funerário um local destinado a práticas de sepultamento que apresentem características funerárias, ritualísticas.



Imagem 27 - Evidenciação de dois esqueletos. Fonte: Fundação Seridó, XII Relatório Técnico, 2013



Imagem 28 - Evidenciação de esqueletos com diferentes articulações dos membros superiores. Fonte: Fundação Seridó, XII Relatório Técnico, 2013.

Preservação do Patrimônio Arqueológico do Pilar

Frente a um patrimônio, surgem de imediato questionamentos sobre sua preservação. A ação de preservação não interessa apenas como preservar, mas também o quê e por que preservar. Um patrimônio para ser preservado carrega em sua história valor de referência à identidade de um povo. Legalmente, como foi abordado anteriormente, existem instrumentos competentes para realizar a preservação através de portarias, normas, resoluções e decretos-lei.

Quais seriam então os instrumentos capazes de preservar o patrimônio arqueológico do Pilar? Afora todos os aparatos previstos por Lei que protegem esse patrimônio a partir de sua evidenciação e registro, é fundamental a discussão acerca da relação que será estabelecida entre esse patrimônio e a população local. Sabendo-se que socialmente, trata-se de uma população excluída economicamente e conseqüentemente culturalmente, serão necessários instrumentos que promovam uma inclusão.

Primeiramente é preciso pensar em uma metodologia de ações educativas permanentes, que contemple a construção do patrimônio e das práticas culturais dentro do contexto educacional.

Os sítios e objetos arqueológicos, além da sua materialidade concreta, possuem significados simbólicos que se acumularam ao longo de sua existência e que envolvem os motivos pelos quais foram criadas, suas funções para as sociedades que deles usufruíram e as formas como foram ou não preservados até o presente momento (AZEVEDO NETTO, 2008, p.11).

Neste sentido, a educação patrimonial se apresenta como uma ferramenta capaz de promover uma proximidade entre a comunidade e o patrimônio arqueológico, possibilitando o reconhecimento e a apropriação cultural e relendo esse patrimônio como parte de sua identidade¹⁰ e memória.¹¹ A educação patrimonial é um conjunto de ações com metodologia própria que promove o conhecimento sobre os bens culturais, permitindo o acesso direto às fontes, ou seja, aos objetos culturais, propiciando atitudes de preservação (2003, apud AZEVEDO NETTO, 2008, p.11).

Essa transformação não se dá em um curto espaço de tempo, nem tão pouco de cima para baixo através das escolhas acadêmicas. A comunidade necessita participar de todas as etapas, tornar-se ativa resignificando as informações teóricas e acadêmicas em linguagem acessível. “Há uma falta de comunicação entre o mundo acadêmico, em particular a comunidade arqueológica, e o povo. Os arqueólogos deveriam agir com a comunidade, não para ela (1984, apud FUNARI, 2001, p.28)”.

Todavia, essa também é uma grande responsabilidade do poder público. A atual conjuntura do Recife é justamente uma luta acirrada entre a população e a esfera municipal em busca da preservação do patrimônio cultural. No caso do Pilar, até onde vai o interesse em estabelecer uma relação entre a comunidade e o patrimônio? Várias ações podem ser tomadas por parte da prefeitura, como revitalizar e inserir a comunidade nos roteiros turísticos do bairro do Recife, levando a possibilidade de incluir socialmente e desenvolver economicamente. Como afirmou Cristina Schneider “o Turismo Cultural é hoje uma realidade para muitos municípios que buscam desenvolver-se de forma sustentável e agregar mais valor a sua cidade” (SCHNEIDER, 2006).

¹⁰ A identidade de um grupo apresenta características específicas, o espaço contribui em sua construção, como salientou Hall a identidade, “é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1987 apud HALL, 2011, p.13).

¹¹ Podemos portando dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.5).

Considerações Finais

Uma consciência histórica é estreitamente relacionada com os monumentos arqueológicos e arquitetônicos e que tais monumentos constituem importantes marcos na transmissão do conhecimento, da compreensão e da consciência históricos (FUNARI, 2001, p.24).

A queda da porta que marca a ocupação do Fora de Portas foi apenas física, resiste ao tempo toda carga simbólica por ela representada. A população do Pilar vive em um mundo paralelo, apresentando um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano de Pernambuco. A região do Pilar não faz parte do contexto cultural do Bairro do Recife. O Fora de Portas é desconhecido dos recifenses. O forte turismo do Recife Antigo tem sua fronteira na Torre Malakoff (aproximadamente onde fica a Porta da Terra), as ruínas e a Igreja do Pilar, assim como a população foram esquecidos, são as permanências da história e a representação do silenciamento causado pelas obras do Porto desde o século XIX.

Faz-se necessário dizer que, diante de tamanha riqueza do patrimônio arqueológico e, principalmente de sua importância histórica para a construção do Recife e de Pernambuco, a conscientização patrimonial não pode se restringir apenas às fronteiras tão demarcadas da Comunidade do Pilar. É preciso ultrapassar e alcançar os recifenses e todos que possuem uma relação identitária com a cidade. Os vestígios são marcadores de identidade e do tempo, trazem à tona a história de como foi construída, possibilitando releituras.

O Bairro do Recife passou por diferentes processos de esquecimento. Resgatar sua história através da memória constitui um elementar processo para a manutenção do patrimônio arqueológico. Para Le Goff,

A memória, é onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão (SCHNEIDER, 2006, p.3).

É urgente que se crie espaços onde a população geral se relacione com o patrimônio arqueológico evidenciado, dando a ele a oportunidade de cumprir sua tarefa social de mediador. O patrimônio, assim como o conhecimento produzido acerca dele, precisa ultrapassar os muros das universidades.

Referências

- ALMEIDA, Lutiane; CORRÊA, Antônio. DIMENSÕES DA NEGAÇÃO DOS RIOS URBANOS NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS: o caso da ocupação da rede de drenagem da planície do Recife, Brasil. *Geo UERJ*, Ano 14, n. 23, v. 1, p. 114-135, 2012.
- AZEVEDO NETTO, Carlos. Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 37, n. 3, p.07-17, 2008.
- BARRETO, Alcina; *et al.* Arrecifes, a Calçada do Mar de Recife, PE - Importante registro holocênico de nível relativo do mar acima do atual. *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil SIGEP 040*, p. 1-13, 2010.
- BAUMAN, Z.. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999.
- BÉRINGER, E. O Porto de Pernambuco e a Cidade do Recife no século XVII. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Tomo XI, n.60, p. 37-60, 1904.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CABRAL, Renata; PONTUAL, Virgínia. Transformações do território e representações cartográficas: o Istmo de Olinda e Recife, Brasil. IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica (IVSLBCH): Territórios: Documentos, Imagens e Representações. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. p. 1-20, Porto, 2011.
- CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 95-115, Rio de Janeiro, 1994.
- CARLAN, Claudio. Os Museus e o Patrimônio Histórico: uma relação complexa. *HISTÓRIA*, São Paulo, v.27, p. 75-88, 2008.
- CASTILHO, Cláudio Jorge. O Ambiente Urbano Numa Perspectiva Interdisciplinar: Discussão de Conceitos que Tratam das Inter-Relações Sociedade-Natureza, a partir da Geografia do Recife. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 05, p. 872-896, 2011.
- COSTA, Pereira da. Anais Pernambucanos, vol. 1, 2ª. edição, Recife: Fundarpe, 1983. pág. 187.
- FERNANDES, João Azevedo. A Contenção e o Excesso: Bebida, Embriaguez e Identidades Étnicas no Brasil Holandês. (1630-1654). In: Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime, 2008, Lisboa. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa: Instituto Camões, v. 01. p. 1-17, 2005.
- FERREIRA, M. PATRIMÔNIO: DISCUTINDO ALGUNS CONCEITOS. *Diálogos*, v. 10, n. 3, p.79-88, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, A. Patrimônio histórico e cultural. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural do Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, v. XLI, Fascs.1-2, p.23-32, 2001.
- FUNDAÇÃO SERIDÓ. *Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar*. Bairro do Recife, Recife - Pernambuco. IX Relatório técnico parcial de atividades. Recife, 2012.
- _____. *Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar*. Bairro do Recife, Recife – Pernambuco. VI Relatório técnico parcial de atividades. Recife, 2011.

_____. *Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar*. Bairro do Recife, Recife – Pernambuco. VII Relatório técnico parcial de atividades. Recife, 2012.

_____. *Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar*. Bairro do Recife, Recife – Pernambuco. XII Relatório técnico parcial de atividades. Recife, 2013.

_____. *Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar*. Bairro do Recife, Recife – Pernambuco. Relatórios técnicos parciais de atividades. Volume I. Recife, 2012.

GIUSTINA, Lêda. O PILAR QUE FICOU Um Estudo de Conservação em Bens Patrimoniais a partir do Conceito de Valor: O Caso da Igreja do Pilar do Recife. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2010.

IPHAN. *Carta de Lausanne*. 1990. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et al.], Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Rogério. Patrimônio e enobrecimento no Bairro do Recife. *Revista CPC*, São Paulo, v.1, n.2, p.17-30, 2006.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. O MASCATE, O BISPO, O JUIZ E OS OUTROS: Sobre A Gênese Morfológica do Recife. III Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, São Paulo, p. 19-38, 1994.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 2001.

_____. *Fontes para a história do Brasil Holandês: a economia açucareira*. 2.ed. Recife: CEPE, 2004.

MELO, Julia. MAIS ALÉM DA RUA DO BOM JESUS: A revitalização do Bairro do Recife, a população e outros usos do local. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MENELAU, Vera; *et al.* As técnicas construtivas e a expansão do bairro do Recife antigo nos séculos XVI a XIX. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. *Revista Clio Arqueológica*, v.23, n.1, p. 189-210, 2008.

MENEZES, Larissa. UM SÉCULO DE EXCLUSÃO DO USO HABITACIONAL NO CENTRO HISTÓRICO DO RECIFE. XVI ENANPUR Espaço, Planejamento e Insurgências. Belo Horizonte, p. 1-17, 2015.

NERY, Nancy Siqueira. Inclusão socioespacial de comunidades pobres: programa de requalificação urbanística e inclusão social da Comunidade do Pilar, Bairro do Recife- PE. 2012. 122f. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NEVES, André; MENDONÇA JR, Josué. Os edifícios religiosos e a estrutura urbana dos Bairros de Santo Antônio e São José – 1654-1800. *Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA, Humanae*, v.1, n.1, p.1-13, Set 2007.

PCR. *Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife*, 1996.

PESSIS, Anne-Marie; *et al.* EVIDÊNCIAS DE UM CEMITÉRIO DE ÉPOCA COLONIAL NO PILAR, BAIRRO DO RECIFE, PE. *Revista Clio Arqueológica*, v.28, n.1, p. 127-154, 2013.

POLLAK, M.. MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Ana Catarina; *et al.* A Evolução Urbana e dos Sistemas Construtivos na Comunidade do Pilar, Bairro do Recife. *Revista Clio Arqueológica*, v.28, n.2, p. 92-125, 2013.

RAMOS, Ana Catarina; *et al.* Acompanhamento arqueológico pós as obras de implementação do Projeto Habitacional do Pilar na Cidade do Recife - PE. *Revista Clio Arqueológica*, v.25, n.2, p. 211-227, 2010.

REYNALDO, Amélia; ALVES, Paulo Reynaldo. Origem da expansão do Recife: divisão do solo e configuração da trama urbana. A: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. "V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013". Barcelona: DUOT, p. 877-890, 2013.

SCHNEIDER, Cristina. Turismo Cultural: uma Proposta de Preservação do Patrimônio Material. IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL - Caxias do Sul, p-1-9, 2006.

SILVA, Ilana. Arqueologia da doença no cemitério histórico do Pilar-PE. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015. 142 f.

VASCONCELOS, Thatiana; SÁ, Lucilene Antunes. A Cartografia Histórica da Região Metropolitana do Recife. Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty-RJ. Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Belo Horizonte - MG: Centro de Referência em Cartografia Histórica, v. 1. p. 1-20, 2011.

ZANCHETI, S. M.. O Recife no século XVIII: Uma cidade barroca nos trópicos. In: CNPCBP (Org.). *Portugal Brasil - Brasil Portugal: duas faces de uma realidade artística*. Lisboa (Portugal): Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, p. 158-153, 2000.